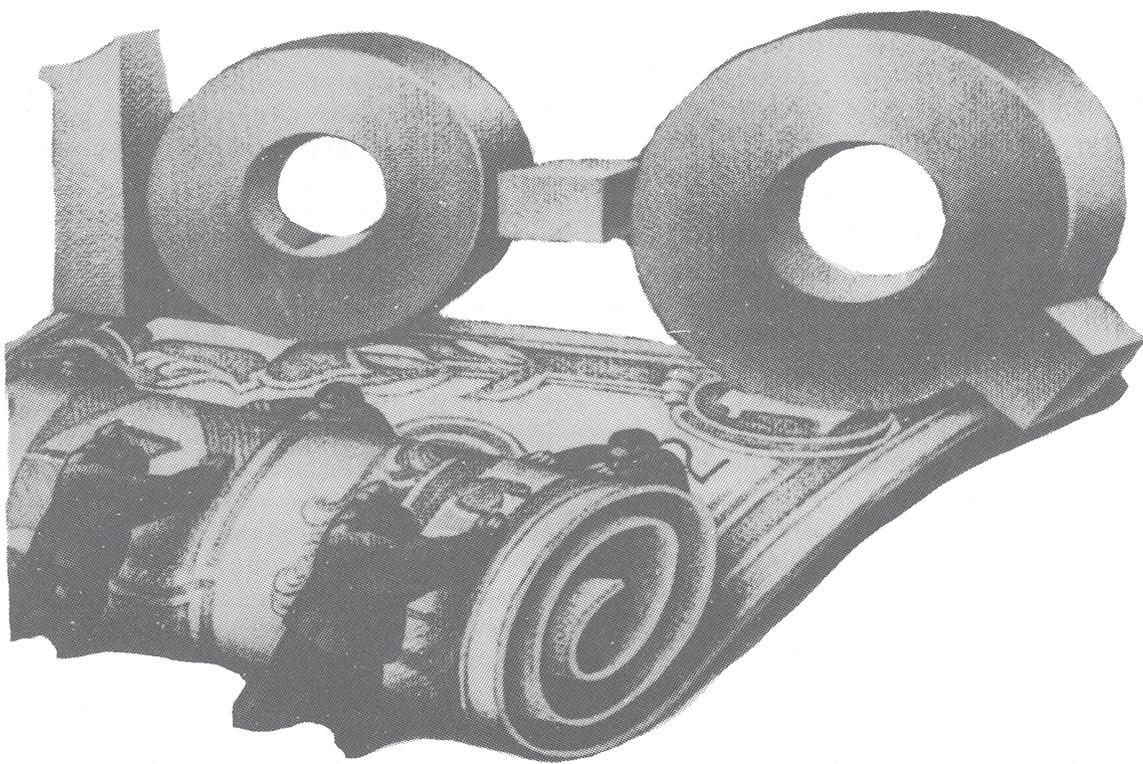


ROLF KUNTZ

O neoliberalismo é um integrismo

O muro de Berlim caiu 200 anos depois da Revolução Francesa e a venda de seus fragmentos, como *souvenir*, simbolizou adequadamente a vitória do capitalismo. Esse triunfo resultou, escreve François Furet, da busca simultânea do bem-estar e da liberdade, “duas paixões que, segundo Tocqueville, dificilmente se harmonizam, pois a primeira tende a contrariar a segunda”(1). No mesmo texto, Furet realiza o prodígio de afirmar a atualidade e a superação das idéias tocquevillianas. As revoluções anticomunistas de 1989, segundo ele, permitem perceber, de maneira mais otimista, que em Tocqueville o caráter complementar dos impulsos para a liberdade e para o bem-estar: “nada pode substituir-se à multiplicidade contraditória das iniciativas indi-



Liberalismo/Neoliberalismo

ROLF KUNTZ é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP.

viduais para produzir bens”. Assim, “o segredo da modernidade econômica é, mais do que nunca, o segredo descrito no século XVIII por tantos autores, particularmente por Adam Smith: a liberdade conflitual dos indivíduos”.

Apresentada em 1990, num colóquio em Saint-Lô, e publicada no ano seguinte, essa conferência é um testemunho preciosamente revelador. Em primeiro lugar, joga fora o refinamento analítico do autor da *Democracia na América* e, por extensão, também o de John Stuart Mill (2). A questão da liberdade, nesses dois autores, não se esgota no espaço do confronto entre governo e indivíduo. Cuidar do problema apenas no registro das relações entre o poder governamental e pessoas, como no texto de Furet, é renegar uma linhagem filosófica identificada, até há poucos anos, como a mais elaborada expressão do liberalismo.

Em segundo lugar, o texto reduz a escolha, em matéria de organização econômica, a uma polaridade tão simples quanto falsa: controle estatal ou “multiplicidade contraditória das iniciativas individuais”. Deve ser instrutivo buscar essa “multiplicidade contraditória”, típica dos modelos de mercado atomizado, na negociação sobre o Super Jumbo. Neste momento, o consórcio europeu Airbus e a norte-americana Boeing está-se articulando para estudar, em conjunto, a possibilidade de um avião para carregar entre 550 e 800 passageiros.

O projeto está estimado, para começar, em US\$ 10 bilhões. É certamente um estudo muito caro, mesmo para uma empresa gigante da indústria aeronáutica. Aí está um bom exemplo de estudo ou projeto dificilmente sustentável, hoje, sem a formação de consórcios. Isso nada tem a ver com os modelos clássicos de mercado ou com o capitalismo de manual.

Mas a cooperação tanto pode ser entre empresas particulares quanto entre governo e empresas. O programa espacial norte-americano depende cada vez mais, financeiramente, de interesses da indústria, mas continua liderado pelo setor público. A mistura de “interesse nacional” com a visão das enormes possibilidades de longo prazo torna os custos politicamente suportáveis. Os investimentos podem ser espantosos, mas a dimensão dos gastos fica evidente para a opinião pública apenas de vez em quando. Isso ocorreu, por exemplo, quando a imprensa norte-americana descreveu, re-

centemente, o novo modelo de privada para astronautas. Projetado e construído para o *shuttle* Endeavour, lançado em 13 de janeiro, esse modelo custou US\$ 23 milhões. Serão necessários muitos vôos e muitos novos serviços - testes biológicos e reparos de satélites, por exemplo - para amortizar esse brilhante produto da cooperação entre governo e empresas. Privada, retrete ou WC, a nova maravilha da tecnologia cósmico-sanitária dificilmente existiria, neste momento, se dependesse apenas da “contradição” das iniciativas individuais.

Em terceiro lugar, Furet identifica a “modernidade” com a mais crua vulgata do pensamento smithiano. Como estranhar que a bandeira da “modernidade” e do “livre mercado” seja carregada, no Brasil, pelos senhores dos oligopólios, pelos donos do cartel do ensino e por especuladores fundiários e patrões de jagunços? No Primeiro Mundo, o conservadorismo político se valeu, durante décadas, de uma caricatura do pensamento de Edmund Burke (3). O neoliberalismo se adorna, intelectualmente, não com a sutileza de autores como David Hume, Adam Smith, Tocqueville ou Stuart Mill, mas com a simplicidade do “princípio de Constant” (4) e com o dogmatismo de um Bastiat. Deste, dois volumes foram editados, no Brasil, pelo Instituto Liberal, *A Lei e Frédéric Bastiat*, uma coletânea de textos do polemista francês, com introdução de Gilbert Fournier e posfácio de Henri Lepage.

Material para polêmica não falta, nestes e noutros textos “libertários”. Mas como argumentar e ser ouvido? Com a falência do comunismo europeu e soviético, seguida, agora, pela reforma econômica chinesa, um mundo de “fatos” parece esmagar todo esforço de ordenação das idéias. Não se discute com “vencedores”. Em meio século, de Schumpeter a Fukuyama, as apostas no mundo acadêmico oscilaram entre a morte do capitalismo e o fim da história, isto é, o triunfo definitivo da ideologia liberal. Os dois autores manifestaram suas convicções de forma muito aberta, isto é, com ressalvas suficientes para permitir, sem muita dificuldade, a conciliação com dados aparentemente adversos (5). Para quem se interessa por uma discussão séria, optar por um dos dois diagnósticos é perda de tempo. Mas o espaço para o debate sério tem estado restrito. A queda do Muro de Berlim, o colapso do socialismo na Europa Oriental e o desmonte da União Soviética, entre 1989

1 François Furet, “L’importance de Tocqueville aujourd’hui”, in *L’Actualité de Tocqueville Cahiers de Philosophie Politique et Juridique*, Université de Caen, 1991.

2 Stuart Mill resenhou e comentou, em 1835 e 1840, os dois volumes de *A Democracia na América*. Os textos podem ser encontrados em *Essays on Politics and Culture*, Gloucester, Mass., Peter Smith, 1973.

3 Russell Kirk, por exemplo, menciona Burke e o “papel que a Inglaterra teve no final do século XVIII” para defender a idéia de “obrigações imperiais” para os Estados Unidos.

4 “A liberdade é um todo: em religião, em filosofia, em literatura, na indústria, em política.” Soman menciona esse “princípio” várias vezes, reconhecendo que muitos auto-intitulados liberais não o aceitariam facilmente. O problema não é o tema, é a insuficiente discussão da idéia de liberdade. Em que sentido todos os membros de uma sociedade construída segundo os critérios liberais, ou neoliberais, podem ser ditos livres?

5 Ver, por exemplo, as restrições que aparecem no final do capítulo 14 de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de Schumpeter (Rio de Janeiro, Zahar, 1984, p. 210). No caso de Fukuyama, o truque consiste em apontar uma “tendência” mundial para a democratização e para a difusão do capitalismo, admitindo, porém, que pode haver tropeços no caminho.

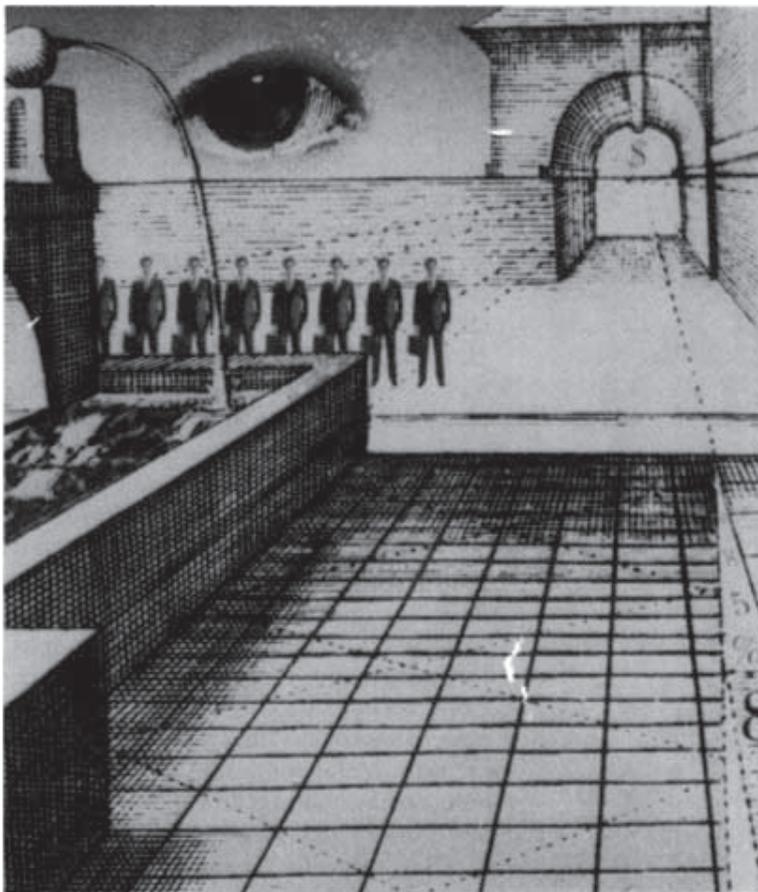
e 1992, produziram à esquerda e à direita o efeito prodigioso de uma revelação. A utopia acabou, o capitalismo venceu e a vida pode recomeçar como depois do dilúvio. Num cenário dominado pelo triunfalismo neoliberal, o contraponto audível tem sido, há uns quatro anos, o constrangedor ato de contração da velha esquerda, convertida de um dogmatismo a outro.

Nenhuma surpresa, de nenhum lado. A passagem de um marxismo de credence a uma versão simplória da doutrina liberal nada tem de notável. Quanto ao neoliberalismo, só é novo por ser uma forma de integrismo, traduzível em cartilhas como *O Estado Mínimo*, de Guy Sorman. Samir Amin não exagerou quando escolheu a palavra “fundamentalismo” para qualificar a reaganomia e suas imitações européias. O discurso reaganômico, segundo ele, é usado como uma espécie de “encantamento”, vocalizando “a verdadeira teologia do mercado”. É como se, acrescentou, “a presente crise só exigisse reajustamentos’ guiados pela racionalidade do mercado”. Isso implicaria não estarmos diante de uma crise de “profunda natureza estrutural” (6).

A ênfase de Amin no tema do desenvolvimento desigual - sua “especialidade” - deixa na sombra aspectos importantes das transformações em curso. Para entender essas transformações, é preciso observar como se processam as decisões nas grandes empresas contemporâneas. Economistas liberais têm defendido uma “reabilitação” da teoria microeconômica, como se a profissão, desde Keynes, houvesse dado atenção excessiva à macroeconomia. Em certo sentido, mas não naquele imaginado pelos neoliberais, a “reabilitação” é necessária. Mais do que nunca, a microeconomia é relevante para a abordagem dos problemas econômicos e políticos em todas as suas dimensões. A estrutura dos mercados mundiais, os novos critérios privados de alocação de recursos e a reorganização do capital, em redes transnacionais de negócios, criam problemas inéditos na história dos fatos econômicos e políticos.

Também esses fatores, e não só a formação de blocos, obrigam a repensar as condições de existência e os limites de ação do Estado. Produzindo efeitos em escala transnacional, as decisões de tipo “micro” criam novos desafios às políticas de tipo “macro”, pondo em xeque os controles fiscais, cambiais e monetários e os mecanismos de sustentação do emprego.

Banco de dados



A maior parte dessas questões nem é tocada pelo discurso neoliberal. Guy Sorman, uma das mais influentes cabeças do movimento, na França, descreve o neoliberalismo como “a combinação de uma grande tradição ocidental, que remonta ao século XVIII, com a modernidade”. Nunca fica bastante claro, em sua exposição, em que consiste o “moderno”, embora a primeira parte de *O Estado Mínimo* seja intitulada “A Modernidade do Liberalismo”. Mas ele tende - como Lepage, por exemplo, ao tratar de Bastiat - a identificar o moderno e o atual. Trata-se mais de uma redescoberta do que de uma reelaboração doutrinária. “Certamente”, diz ele, “devemos o renovado impulso de nossa reflexão liberal aos sucessos americanos e britânicos dos anos 80”. Isso não é tudo, naturalmente, mas um papel primordial acaba sendo atribuído a Reagan e ao suposto êxito de sua política econômica. É como se ele houvesse apontado um caminho perdido há muito tempo - e nessa redescoberta parece consistir, em grande parte, a “modernidade” do neoliberalismo.

Curiosamente, Guy Sorman reconhece que o déficit federal americano, ao invés de encolher, cresceu durante a administra-

6 Samir Amin, “The State and Development”, in *Political Theory Today*, editado por David Held, Stanford, Cal., Stanford University Press, 1991, pp. 307-8.

ção Reagan. Mais curiosamente, ainda, ele não estabelece um vínculo entre esse déficit - atribuível tanto à renúncia fiscal quanto aos gastos militares - e o crescimento econômico. Reconhecer esse vínculo seria, talvez, incorrer em grave pecado ideológico, o keynesianismo, mas desprezar a questão não é muito desculpável.

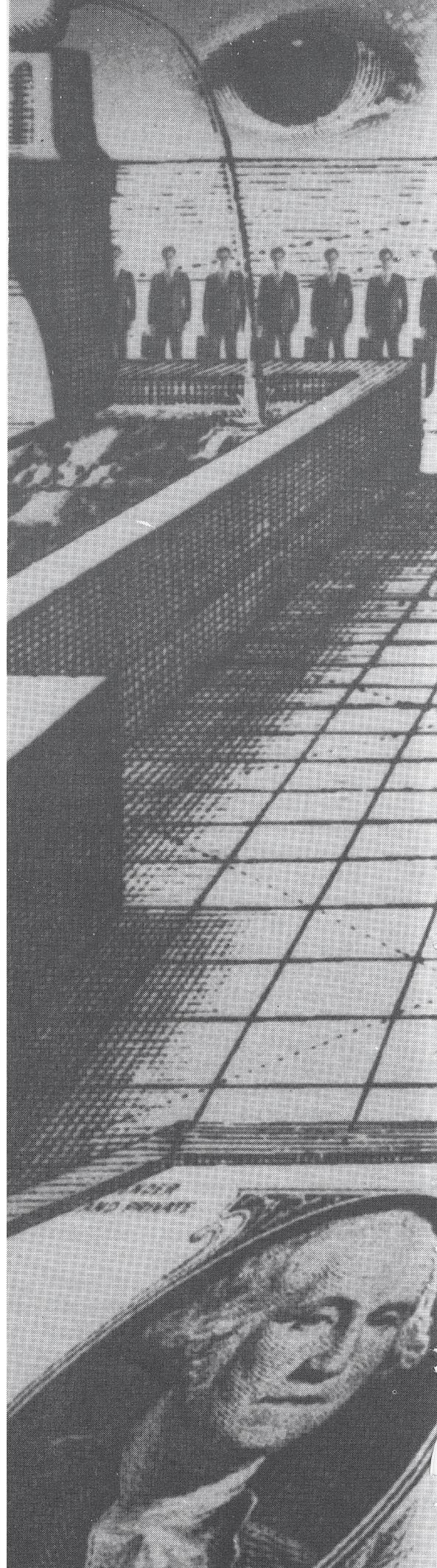
Sorman, porém, vai mais longe. Encontra uma justificativa fantástica para o crescimento do déficit no período Reagan: "O presidente dos Estados Unidos quase não dispõe de meios para eliminar o déficit, já que é o Parlamento que controla os gastos públicos, e esse Parlamento tem maioria de esquerda" (7). A explicação é interessantíssima, não só por causa da "maioria de esquerda", mas também por atribuir ao Congresso toda a responsabilidade pelo desajuste financeiro. Os benefícios fiscais e os gastos militares ocorreram, e isso nunca foi segredo, por iniciativa do Executivo. Congressistas, de fato, resistiram a cortes nos gastos sociais, mas a defesa do orçamento militar, assim como a insistência na redução das alíquotas do imposto de renda, partiu do presidente e de seus economistas.

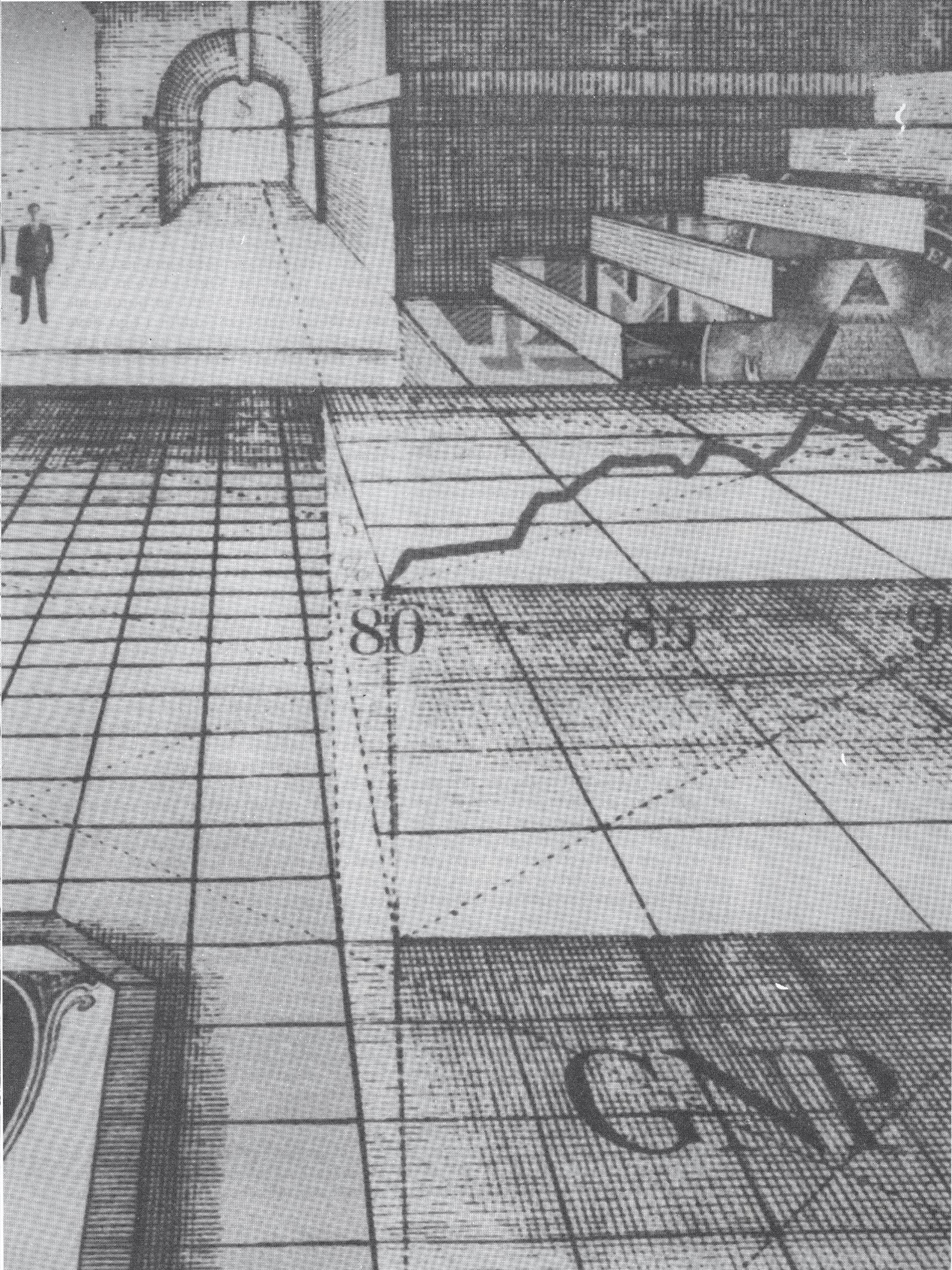
Não valeria a pena lembrar tais detalhes, não fosse este um bom exemplo de mitologia política. Mas a mitologia não envolve apenas a figura do presidente Reagan (e da primeira-ministra Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha). Ainda hoje se fala na "economia do lado da oferta" (*supply side economics*), como se a teoria embutida na Curva de Lafer fosse absolutamente sólida e irretocável (8). Arthur Lafer, é verdade, já não é citado como nos tempos de Reagan, mas pelo menos um dos defensores da *supply side economics* permanece em evidência: Paul Craig Roberts, um dos colunistas de *Business Week*. Seus artigos se alternam com os de economistas de grande reputação, como Gary Becker, ganhador, em 1992, do Prêmio Nobel de Economia. Roberts é o mais conservador dos colaboradores e cumpre com empenho seu papel. Num artigo escrito antes da renúncia de Collor, explicou que a campanha contra o presidente do Brasil era movida por cidadãos - empresários e outros - mobilizados contra as reformas liberalizantes. A corrupção, segundo ele, era um falso pretexto.

Os cortes de impostos não elevaram a arrecadação do Tesouro norte-americano, mas uma das idéias subjacentes permanece como parte do ideário neoliberal: com me-

7 Guy Sorman, *O Estado Mínimo*, Rio de Janeiro, Instituto Liberal, p. 79.

8 Para uma exposição didática, ver, por exemplo, o manual *Macroeconomia*, de Dornbusch e Fischer (São Paulo, McGraw-Hill, 5ª edição, 1991, pp. 698 a 707).





80

80



nor tributação, o governo (especialmente o Congresso) terá menos dinheiro para gastar e precisará ajustar suas contas. Isso não aconteceu nos Estados Unidos, mas, de acordo com Sorman, foi porque o Tesouro tinha condições excepcionalmente favoráveis de financiamento no mercado. Isso criou espaço para a irresponsabilidade dos políticos. A idéia, segundo Sorman, é basicamente correta e deve dar certo noutros países. O argumento subjacente não é claro, mas pelo menos duas interpretações parecem prováveis: 1) com menos dinheiro, os políticos acabarão melhorando seu padrão de gasto; 2) o dinheiro continuará a ser desperdiçado, mas em menor quantidade. A primeira hipótese equivale a uma versão financeira da história do sofá. Retire-se o móvel malfadado e a castidade voltará a reinar. A segunda corresponde a uma espécie de cinismo conformista: ao invés de às segundas, quartas e sextas, os fatos ocorrerão somente às terças, talvez às terças e quartas, se for possível algum crédito extra.

Outra herança importante da onda liberal dos anos 80, no campo fiscal, é a redução do número de alíquotas do Imposto de Renda. O Brasil embarcou também nessa mudança. Não houve benefício visível para o Tesouro dos Estados Unidos nem para o do Brasil, mas a classe média alta e a classe rica sem dúvida apreciaram a gentileza. As políticas fiscal e tributária são apontadas entre as causas da concentração de renda nos Estados Unidos, a partir do governo Reagan. O exemplo, no entanto, continua a seduzir economistas brasileiros. Já se tem defendido, no Brasil, até a adoção de uma só alíquota para o Imposto de Renda das pessoas físicas. A análise marginalista, como se vê, é empregada com entusiasmo para justificar a desigualdade de rendas, mas desprezada quando se trata de política tributária.

Esta mudança não envolve, porém, o abandono dos argumentos de justiça. A cartilha de Sorman, neste ponto, é bem explícita: “O fundamento da nova fiscalidade liberal consiste em recompensar o esforço como sistema de valor, porque, além da gratificação individual, a sociedade inteira se beneficiará. Esta guerra à progressividade supõe que seja reconhecida a função dos empresários nas sociedades modernas. Nenhuma reforma fiscal de inspiração liberal é viável se não admite *a priori* que a riqueza das nações tira proveito dos méritos econômicos relativos. O imposto, quando

nivela muito as diferenças, cria o tédio, a uniformidade, a apatia econômica e a atonia social”.

O texto é notável. A escala de rendimento é imediatamente identificada com uma escala de “méritos relativos”. Se alguém ganha mais é porque merece, e, portanto, não há discussão possível sobre a desigualdade econômica. A riqueza, no entanto, não é suficiente recompensa para o “mérito” mais alto. Quem leva as fatias maiores beneficia a sociedade, porque sua contribuição também é maior. Logo, deve ser estimulado a continuar servindo a todos. Isso implica tanto o abandono da progressividade, na cobrança de impostos, quanto a isenção da poupança e do investimento. A saída, portanto, é deslocar a tributação para o consumo - mais uma idéia posta em circulação, no Brasil, com o debate sobre a reforma tributária.

Pode haver bons argumentos a favor deste ponto. É fácil admitir, por exemplo, a conveniência de não sobrecarregar o processo produtivo nem a exportação. Mas isso não implica livrar de impostos o rendimento e a riqueza pessoais e muito menos levar a sério observações como esta: “Mais recentemente, no rastro de Keynes, os economistas negaram o papel da poupança, privilegiando o consumidor como único impulsionador da prosperidade” (9). Ora, o fluxo de investimentos é, claramente, o fator dinâmico no raciocínio keynesiano. Como se antecipasse dúvidas a respeito disso, ele explicita esse ponto no capítulo 18 da *Teoria Geral*. O que ele não faz é canonizar o poupador, o empresário ou qualquer categoria econômica.

O resto da cartilha pode resumir-se em poucos pontos: garantir a independência do Banco Central, para proteger a moeda (manter a saúde monetária, segundo os neoliberais, é uma das poucas tarefas legítimas do Estado); dividir com o setor privado as funções previdenciárias, conservando na esfera pública somente uma rede básica de proteção; estimular, eventualmente com recursos públicos, uma presença maior da empresa privada nos serviços de educação e saúde; eliminar ou deixar deteriorar-se o salário mínimo (neste ponto, descobre-se uma utilidade para a inflação: correr o salário oficial e abrir espaço ao mercado).

Tudo isso é proposto como forma de ampliar a liberdade dos indivíduos. Quanto mais possam escolher entre serviços de saú-

de, escolas e instituições de previdência, mais livres poderão ser. Segundo a noção de liberdade, isto pode ser tautológico e, portanto, indiscutivelmente verdadeiro. A questão, porém, não cabe numa tautologia. Nada garante que os serviços privados de educação, saúde e previdência sejam de fato concorrenciais. No Brasil, o ensino privado é acima de tudo um excelente negócio, não uma solução para quem precisa de escola. O sistema está claramente cartelizado e enfrenta com êxito não só as famílias mas também o governo.

O poder empresarial na saúde, no ensino e na previdência é um problema especialmente delicado no Terceiro Mundo. A distribuição de bônus educacionais, por exemplo, não assegura igualdade no acesso aos serviços de ensino. Tem havido muito debate sobre o assunto, nos Estados Unidos. Gary Becker defende a ampliação do sistema de bônus, para aumentar a oferta de vagas a garotos de rua, mas propõe que as escolas apresentem garantias de qualidade para entrar no sistema.

A distribuição do poder nas relações de mercado não parece interessar aos neoliberais. Referem-se ao mercado, geralmente, como se a palavra designasse uma forma única de relação entre compradores e vendedores. É o mundo atomizado das empresas competitivas e dos indivíduos em busca de interesses pessoais ou familiares. A percepção das “solidariedades naturais”, mencionadas por Guy Sorman, não altera esse ponto essencial. A concepção continua a ser a de um mundo composto, naturalmente, por átomos individuais. Quando um neoliberal fala em povo, quer dizer “coleção de indivíduos”. No pensamento clássico inglês, a palavra “*people*” é marcada por esse sentido. Designa tanto “pessoa” quanto seu coletivo.

Não interessa, aqui, entrar numa discussão sobre o individualismo metodológico e sobre o paradigma oposto, representado pela obra de autores como Durkheim ou Marx. A pobreza do neoliberalismo é reconhecível sem muita reflexão teórica. É visível, acima de tudo, na incapacidade de reconhecer, ou de assimilar em seu discurso, as novas formas de organização do capital. O mundo não está caminhando apenas para a divisão em blocos, nem somente para mais competição comercial. No Brasil, especialmente, os liberais falam das duas tendências, normalmente, sem se dar ao trabalho de pensar

como se desenham as novas tramas de negócios. Uma descrição admiravelmente informativa e provocante pode ser encontrada em *The Work of Nations*, de Robert Reich, o novo secretário do Trabalho dos Estados Unidos.

Ele mostra a mudança qualitativa da produção de escala, isto é, de volume, para a “produção de qualidade”, marcada por novas condições de tecnologia e de organização do trabalho. Essa articulação se dá na forma de redes transnacionais raramente percebidas pelo público. A própria noção de mercadoria nacional perde sentido. Dos US\$ 10 mil pagos à GM por um Pontiac Le Mans, cerca de US\$ 3 mil vão para a Coréia do Sul, por trabalhos de rotina e operações de montagem; US\$ 1.750, para o Japão, pelos componentes mais avançados; US\$ 750, para a Alemanha, por desenhos de estilo e de engenharia. O resto se distribui entre Taiwan, Cingapura, Japão, Grã-Bretanha, Irlanda, Barbados e os próprios Estados Unidos, por uma enorme variedade de serviços mercadológicos, financeiros e industriais.

Além disso, há, naturalmente, a acelerada formação de *joint ventures* e de outros tipos de associação entre empresas de todo o mundo desenvolvido. Os maiores grupos têm redesenhado suas estratégias, fechando ou abrindo fábricas, abandonando linhas de produção, incorporando outras, e montando novas técnicas e processos.

Tudo isso tem afetado enormemente o emprego. A desocupação não resulta somente - e isso ocorre também no Brasil, embora em menor escala - do baixo nível de atividade dos últimos anos. Também as qualificações requeridas têm mudado com enorme rapidez. Isso marginaliza parte da força de trabalho e, além de tudo, alarga a diferença entre as remunerações. Isso tanto ocasiona problemas de competitividade industrial quanto produz tensões novas na sociedade. A nova “questão social” foi tema de uma reportagem de capa da revista *Business Week*, no ano passado. O novo capitalismo tanto fascina quanto assusta os capitalistas normalmente informados. No Brasil, discute-se como se o mundo estivesse voltando ao século XIX. Por isso o discurso neoliberal é tão popular entre as - com perdão da palavra - elites brasileiras. Se der tudo certo, acabaremos tendo de volta não só o velho Fusca. Para o Ministério da Fazenda, que tal uma boa versão reciclada de Joaquim Murtinho?